



Curso Superior de Licenciatura em Biologia

LUIS AUGUSTO SANTOS OLIVEIRA DE SOUSA

COMBATE À LGBTFOBIA NA ESCOLA: uma revisão bibliográfica

Planaltina - DF

2023

LUIS AUGUSTO SANTOS OLIVEIRA DE SOUSA

COMBATE À LGBTFOBIA NA ESCOLA: uma revisão bibliográfica

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso Superior de Licenciatura em Biologia do *Campus* Planaltina do Instituto Federal de Brasília como requisito parcial para obtenção de título de Licenciado em Biologia.

Orientadora: Professora Dra. Silvia Dias da Costa Fernandes

Planaltina - DF

2023



Curso Superior de Licenciatura em Biologia

LUIS AUGUSTO SANTOS OLIVEIRA DE SOUSA

COMBATE À LGBTFOBIA NA ESCOLA: uma revisão bibliográfica

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso Superior de Licenciatura em Biologia do *Campus* Planaltina do Instituto Federal de Brasília como requisito parcial para obtenção de título de Licenciado em Biologia.

Orientadora: Professora Dra. Sílvia Dias da Costa Fernandes

Aprovado em: 05 de janeiro de 2023

BANCA EXAMINADORA

Dra. Sílvia Dias da Costa Fernandes – Orientadora

Dra. Renata Henrique Santana – Examinadora

Dra. Susana Suely Rodrigues Milhomem Paixão – Examinadora

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a minha mãe, Francisca Maria dos Santos Oliveira de Sousa, minha maior incentivadora, minha maior motivação, minha maior fonte de inspiração. É por causa dela que eu continuo quando eu penso em desistir de tudo. Agradeço a ela por ter me dado a vida, por me amar do jeitinho que eu sou e sempre cuidar de mim, mesmo estando longe. Te amarei eternamente.

Agradeço à Deus, à vida e ao universo por ter colocado em meu caminho pessoas tão incríveis, professores competentes, sensíveis, empáticos e maravilhosos. Todos que passaram por minha vida durante a minha jornada acadêmica me deixaram marcas profundas e imutáveis.

Sou grato a minha instituição de ensino, o Instituto Federal de Brasília - *campus* Planaltina por ter sido, além de tudo, meu lar durante todo esse tempo em que passei durante meu processo de formação acadêmica.

Agradeço profundamente a professora Silvia Dias da Costa Fernandes, minha orientadora, pois sem ela eu não seria capaz de realizar esse trabalho. Sou extremamente grato por ela ter me aceitado como orientando tão em cima da hora, me dado motivação para concluir, me dado soluções eficazes, puxado minha orelha e ao mesmo tempo ter sido tão acolhedora, paciente e realista. Agradeço também por ser uma professora e uma pessoa tão extraordinária, admiro muito sua trajetória, sua força, sua inteligência, sua dedicação na docência e suas contribuições na ciência. Serei eternamente grato por ter sido seu aluno e seu orientando.

Agradeço ao meu pai, Alberônio Luis Oliveira de Sousa, que me amou, do seu jeito, e faleceu antes de me ver formado. Aprendi com ele a ser forte e grato por tudo que sou e a tudo que tenho. Deixa uma história de várias lutas e superações. Espero que esteja orgulhoso de onde estiver. Fica bem.

Agradeço eternamente ao meu tio, Antônio de Anchieta Souza, que me acolheu em sua casa durante 3 anos, me tratou como filho e me deu apoio e incentivo para concluir meu curso. Infelizmente faleceu antes de me ver formar, vítima da Covid, mas sua lembrança será sempre eterna.

Sou profundamente grato a Francisca Carneiro, Dona Quinha, que me amparou no momento mais difícil da minha vida, me ensinou o que é perdão de verdade, me ensinou a ser forte e amoroso ao mesmo tempo. Foi uma mulher independente e destemida, sua vida e

trajetória sempre serão lembradas da forma mais bonita possível. Tenho certeza que os três estão me olhando e me guardando de onde estiverem.

Sempre serei grato a Rita Campelo da Silva Souza, avó que a vida me presenteou e que é um alicerce em minha vida. Sou mais feliz por ter ela em minha vida.

Sou grato por ter uma rede de apoio tão forte, desde a minha irmã, minhas primas, meus amigos e amigas, todos os meus familiares e aqueles que não tenho laços de sangue mas que eu chamo de família. Me sinto abençoado, sei o quão importante é ter apoio familiar.

Por fim, quero dedicar esse trabalho a todas as crianças, que assim como eu, cresceram sendo ensinadas a se odiar por serem quem são e como são. Espero que aprendamos a construir um futuro melhor, mais justo e mais igualitário para as próximas gerações.

RESUMO

Em dezembro de 2017 foi aprovada a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), um documento de referência obrigatória para elaboração dos currículos escolares e para as redes de ensino. Porém, um ponto que precisa ser ressaltado é que houve alguns termos, como homofobia, autoconhecimento, orientação sexual, entre outros que fazem parte do tema educação sexual que foram retirados do texto da BNCC. Esse fato gera preocupação em como isso pode afetar a educação no que se refere ao combate à discriminação e ao preconceito. Sendo assim, este trabalho busca analisar as diretrizes educacionais brasileiras e publicações científicas, nos últimos 10 anos, acerca do tema LGBTfobia nas escolas, levando a uma reflexão sobre o impacto que a educação pode ter no combate à discriminação. Para isso, foi realizada uma análise da produção intelectual brasileira entre os anos de 2012 a 2022 sobre a temática da educação sexual voltada ao combate da discriminação. A coleta do material utilizado foi feita através das plataformas de busca do Google Acadêmico, SciELO e nos Periódicos CAPES utilizando o descritor “LGBTfobia na escola”, considerando artigos científicos, monografias, dissertações e teses em português relacionados a áreas das ciências e da educação. A partir das análises realizadas foi possível observar que houve um retrocesso na educação com a implementação da BNCC, já que a censura de termos relacionados ao discurso de gênero e sexualidade pode ajudar a silenciar o debate e estimular ainda mais as diversas formas de violências, tanto físicas quanto psicológicas, negligências, preconceitos, tabus e outras formas de opressões.

Palavras-chave: LGBTfobia; Diversidade; Gênero; Preconceito.

ABSTRACT

In December 2017, the National Common Curricular Base (BNCC) was approved, a mandatory reference document for the preparation of school curricula and for teaching networks. However, a point that needs to be addressed is that there were some terms that are part of the theme of sex education that were removed from the BNCC text. This fact raises concerns about how this can affect education in terms of combating discrimination and prejudice. Therefore, this work seeks to analyze the Brazilian educational guidelines and scientific publications, in the last 10 years, on the theme LGBTphobia in schools, leading to a reflection on the impact that education can have in the fight against discrimination. For this, an analysis of the Brazilian intellectual production between the years 2012 to 2022 was carried out on the theme of sex education aimed at combating discrimination. The collection of the material used was carried out through the search platforms of Google Scholar, SciELO and CAPES Journals using the descriptor “LGBTphobia at school”, considering scientific articles, monographs, dissertations and theses in Portuguese related to the areas of science and education. From the analyzes carried out, it was possible to observe that there was a setback in education with the implementation of the BNCC, since the censorship of terms related to gender and sexuality discourse can help to silence the debate and further stimulate the various forms of violence, both physical and psychological, negligence, prejudice, taboos and other forms of oppression.

Keywords: LGBTphobia; Diversity; Genre; Prejudice.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	9
2. MATERIAL E MÉTODOS.....	12
3. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	13
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	23
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	24

1. INTRODUÇÃO

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs, BRASIL, 1997) são um referencial de qualidade para educação em todo o país, visando uma melhoria da qualidade do processo de ensino e aprendizagem, atuando como objeto norteador do educador por meio da regulamentação de alguns aspectos fundamentais referentes a cada área de conhecimento.

No entanto, em dezembro de 2017 foi aprovada a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), um documento de referência obrigatória para elaboração dos currículos escolares e para as redes de ensino (BRASIL, 2017). Documento que, segundo Aguiar e Dourado (2018, p.14), “desde o seu início privilegia um conjunto de conteúdos e objetivos sem o fundamental suporte de uma referência que deixe claro o projeto de nação e educação desejadas”.

Um ponto que se faz necessário ser abordado é o de que houve alguns termos que fazem parte da temática de educação sexual como homofobia, autoconhecimento, orientação sexual, entre outros que fazem parte da temática de educação sexual que foram removidos do texto da BNCC. Assim sendo, segundo Desidério (2020), esse fato gera preocupação em como isso pode afetar a educação no que se refere ao combate à discriminação e ao preconceito, o mesmo autor afirma ainda que o documento direciona sempre para um discurso que faz associação a doenças, violência e gravidez, quando o debate vai muito além disso.

Segundo a Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional (LDB, BRASIL, 1996), em seu artigo 2º consta que:

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1996, p. 2).

Segundo o parágrafo supracitado, a LDB (BRASIL, 1996) decreta como uma das finalidades da educação o preparo do indivíduo para exercício da cidadania. Contudo, Irineu (2014) expõe em seu trabalho que o estado não garante o direito de cidadania a todas as pessoas, já que negligencia aqueles que não se enquadram na ideia do “sujeito universal”, sendo ele o homem, branco, heterossexual e europeu. Além disso, Souza e Macedo (2012, p. 284) afirmam que “a realidade escolar frequentemente representa o reflexo da sociedade com suas práticas e valores ideológicos”.

Nesse contexto, a escola é um dos locais onde o indivíduo passa a maior parte do seu tempo e um dos principais espaços de socialização do ser humano. No entanto, segundo

Borges e Meyer (2008), é na escola que podem surgir as piores situações de violências e exclusão motivadas por LGBTfobia, termo descrito por Fazzano, Toledo e Gallo (2022) como a violência, preconceito ou aversão direcionada a comunidade de lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e mais pessoas que fogem do padrão de sexualidade e gênero cis-heteronormativo. Assim sendo, o ambiente escolar se torna, por vezes, um espaço de opressão e de vulnerabilidade que é refletido também em outros setores da sociedade.

Segundo o boletim nº 02/2020 da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), discutido por Benevides e Nogueira (2020), no primeiro quadrimestre de 2020 houve aumento de 90% nos casos de assassinato a pessoas trans em relação ao mesmo período de 2019, havendo ainda 11 suicídios, 22 tentativas de homicídio e 21 violações dos direitos humanos. O Brasil passou do 55º lugar em 2018 para o 68º em 2019 no ranking de países seguros para população de lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, queer e mais (LGBTQIAP+) (BENEVIDES, NOGUEIRA, 2020).

Análises iniciadas no ano de 2008 demonstraram que no ano de 2021 houve um aumento de 141% no número de assassinatos de pessoas trans, evidenciando dessa forma a expectativa de vida de 35 anos para mulheres transexuais, metade da média nacional (BENEVIDES, 2022). Esses dados extremamente alarmantes revelam que mesmo com os avanços em tecnologia e direitos humanos o preconceito ainda é crescente. Não obstante, por meio da educação essa realidade aos poucos pode mudar.

Contudo, Furlanetto e demais autores (2018) evidenciaram que os professores, responsáveis pela educação sexual nas escolas, não têm acessado os documentos oficiais que abordam as questões de gênero e sexualidade, nem mesmo recebido meios de capacitação para tal. Acreditam ainda que essa dificuldade em tratar desse tema pode ser advinda de como a sociedade foi construída, das práticas higienistas, da repressão da liberdade, expressões de gênero e sexualidade alinhadas às questões religiosas que reforçam os tabus da sexualidade e os comportamentos heteronormativos e patriarcais.

Em 2019, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019) por meio da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS), havia 159,2 milhões de pessoas de 18 anos ou mais de idade no Brasil. Desse total, 94,8% se declaravam heterossexuais; 1% como homossexuais; 0,7% bissexuais; 3,4% não sabiam ou não quiseram responder e 0,1% declararam outra forma de sexualidade (IBGE, 2022). Considerando os 3,4% que se recusaram a responder ou mesmo nem sabiam como responder à questão, pode-se refletir de onde vem o silêncio, a vergonha e até mesmo a ignorância a respeito da própria sexualidade.

É inegável que apesar dos vários direitos adquiridos, ainda hoje há muito preconceito e tabu perante a comunidade LGBTQIAP+. A homossexualidade, que já era vista como pecado e como crime, em 1948 também passou a ser considerada uma doença pela Organização Mundial da Saúde e o termo “homossexualismo” foi incluído na Classificação Internacional de Doenças (CID-10) como personalidade patológica, por ser considerada um desvio sexual e foi assim até o ano de 1990 (CARNEIRO, 2015).

Em pesquisa realizada com adolescentes brasileiros/as gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros, a Agência Senado (2016) expôs que 73% desses jovens já sofreram *bullying*, 37% já foram vítimas de violência física na escola, 60% relataram que se sentem inseguros e 36% ainda realçaram que a escola é ineficaz em evitar as agressões.

Segundo um estudo realizado por Oliveira e Vedana (2020), foi revelado que 20% da população LGBTQIAP+ adulta mundial já atentou contra a própria vida, identificando ainda que 36% dos homens e 42% das mulheres possuíam intenção suicida, enquanto entre o público heterossexual a taxa foi de 8% e 13% respectivamente.

No entanto, outro problema existente é que a escola e os professores ainda não estão capacitados o suficiente para abordar tais temas. Geralmente os professores de ciências e biologia são responsáveis por conduzir as discussões, onde na maioria das vezes abordam de uma forma puramente reprodutiva, fazendo alertas sobre gravidez indesejada e Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), muitas vezes como uma tentativa de causar terror e medo acerca das relações sexuais. Dessa forma Costa (2017) afirma que:

A maioria das propostas e intervenções dos docentes no trabalho nas escolas sobre sexualidade e gênero é usada para argumentar o que é ou não natural, como devem ser exercidas as identidades de gênero e sexual, em função de uma noção heteronormativa do ser humano, biologizante, higienista ou da ordem da reprodução humana ou das doenças sexualmente transmitidas (DSTs e HIV) (COSTA, 2017, p. 16).

Assim sendo, a falta de um diálogo aberto no que se refere às questões de gênero e sexualidade criam um ambiente de dúvidas, tabus, reforça preconceitos e estereótipos, gerando silenciamento de identidades LGBTQIAP+. Para Miskolci (2010), a escola marca os indivíduos que têm interesses por colegas do mesmo sexo como estranhos e os ensina a silenciar a si mesmos, manter seus sentimentos e desejos escondidos como se fossem objetos, ensina a dissimulação e a obrigação de rejeitar a si, dessa forma são tratados como não sujeitos, são diminuídos por não apresentarem os atributos desejados socialmente. O silêncio

a respeito das diferenças é uma forma de classificá-los como inferiores e indesejáveis, pois se nem mesmo podem ser nomeados, também não poderão existir, sofrerão insultos fora da sala de aula e aprenderão a se defender sendo cruéis consigo mesmos.

A escola, assim como afirma Silva (2008, p. 3) “reproduz o texto hegemônico da heteronormatividade já vivenciada na cidade”. Ferreira, Machado e Pedreira (2020) ainda evidenciam em seu trabalho que os papéis de gênero dos livros didáticos são tratados de forma desigual, onde o protagonismo masculino é visto como superior ao feminino, além de que é utilizado sempre o discurso biologistas em uma perspectiva heteronormativa, onde existe feminino/fêmea e masculino/macho de modo que um só poderia se interessar pelo sexo oposto, propagando a ideia de anormalidade ao que foge desse padrão.

Levando em consideração que a escola reflete a sociedade e prepara os indivíduos para serem cidadãos, é dever dela enquanto instituição social e socializadora contribuir para mudar essa realidade de violências e preconceitos. Dessa forma, Nunes (2015) afirma que é urgente a necessidade em repensar a atuação dos professores e da escola no modo de tratar das demandas da comunidade LGBTQIAP+ e dos demais grupos sociais, levando em consideração o dever que desempenham no reconhecimento da cidadania desses grupos em sua plenitude.

Portanto, sendo que um dos deveres da escola é formar cidadãos aptos para o exercício da cidadania, esse é um tema que deve ser recorrentemente discutido no decorrer da vida acadêmica como forma de prevenção e intervenção aos casos de LGBTfobia recorrentes no ambiente escolar e que tendem a se estender na vida pós escolar gerando traumas, medo e até morte (BENEVIDES, 2022).

Sendo assim, este trabalho buscou analisar as diretrizes educacionais brasileiras e publicações científicas, nos últimos 10 anos, acerca do tema LGBTfobia nas escolas, levando a uma reflexão sobre o impacto que a educação pode ter no combate à discriminação.

2. MATERIAL E MÉTODOS

O presente trabalho trata-se de uma pesquisa documental, ao qual sua utilização é justificada por Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009) ao afirmarem que essa abordagem

permite realizar uma observação do processo evolutivo dos grupos sociais, das mentalidades e pensamentos possibilitando ainda uma compreensão das práticas sociais em um contexto temporal, histórico e sociocultural.

Além disso, este estudo foi feito sob a perspectiva filosófica transformativa no qual Creswell e Creswell (2021) descrevem como uma busca em entender a sociedade em que estamos inseridos, desenvolvendo interpretações subjetivas e buscando um aprofundamento dos pontos de vista.

Isso posto, realizou-se uma análise da BNCC (BRASIL, 2017) traçando um comparativo entre os PCNs (BRASIL, 1997) para orientação sexual em busca de identificar quais termos presentes nos PCNs foram removidos do texto da BNCC, visando entender as mudanças ao longo do tempo. Assim como foi analisada a produção intelectual brasileira entre os anos de 2012 a 2022 sobre a temática da educação sexual voltada ao combate da discriminação.

A coleta do material utilizado foi feita através das plataformas de busca do Google Acadêmico, SciElo e nos Periódicos CAPES utilizando o descritor “LGBTfobia na escola”, considerando anais de eventos científicos, artigos científicos, monografias, dissertações, teses, além de publicações em dossiês e blogs, foram selecionadas apenas publicações em português e relacionadas a áreas das ciências e da educação.

Para realização da análise dos artigos, eles foram organizados de acordo com o ano de sua publicação, tipo de publicação e pela temática abordada, dessa forma foi possível realizar as discussões a respeito da problemática abordada.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A BNCC “é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica” (BRASIL, 2017, p. 5). No entanto, no que tange a educação sexual há uma visível defasagem e uma retrógrada na educação já que muitos termos como “orientação sexual”, “homofobia”, “homossexualidade”, “identidade de gênero”, “autoconhecimento” foram censurados no documento oficial (NEVES, 2016). Já o termo “reprodução” aparece duas vezes, o termo “sexualidade” é mencionado uma única vez.

Os PCNs (BRASIL, 1997) orientam que os temas devem ser introduzidos já nas séries iniciais do ensino fundamental, primeira à quarta série, de modo informativo e com caráter de

esclarecimento a respeito das questões de sexualidade, em vista de que há manifestação da sexualidade infantil já nesse período da infância. A partir da quinta série, em vista dos questionamentos, transformações do corpo ocasionados pela puberdade, já se faz necessário trabalhar com temas polêmicos como a homossexualidade, masturbação, comportamentos sexuais, aborto, prostituição, gravidez na adolescência, obstáculos na prevenção de doenças, entre outros temas. O documento ainda orienta que todos os temas discutidos devem refletir as dimensões de Corpo, as Relações de Gênero e a Prevenção das Doenças Sexualmente Transmissíveis/ Aids.

Já no documento da BNCC (BRASIL, 2017), é proposto que o tema sexualidade seja tratado apenas do oitavo ano do ensino fundamental, na disciplina de ciências no quesito vida e evolução. Portanto, diferente dos PCNs (BRASIL, 1997), onde propõe que os temas de sexualidade e gênero sejam tratados de forma transversal em todas as disciplinas, a BNCC (BRASIL, 2017) propõe que seja ensinado de forma tardia pelos professores de ciências naturais e biologia com uma tendência a levar sempre para o lado da reprodução e combate às infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) e ignorar o fato de que o tema é muito mais complexo e está presente no cotidiano escolar de várias maneiras e deve ser discutido e incluído nos currículos de todas as componentes curriculares.

A censura desses termos, segundo Neves (2016) fere não somente a população LGBTQIAP+, mas também se torna um obstáculo para o debate de gênero que abrange violência contra as mulheres e as lutas por direitos, assim como reforça os estereótipos sobre os padrões de masculino e feminino.

Dessa forma, assim como Matta (2021) afirma que os movimentos contrários às políticas de educação sexual, como os promovidos pela bancada evangélica, representam um grande retrocesso à educação emancipatória e garantidora de direitos, pois visam impedir os debates e práticas pedagógicas voltadas para as questões de gênero e sexualidade.

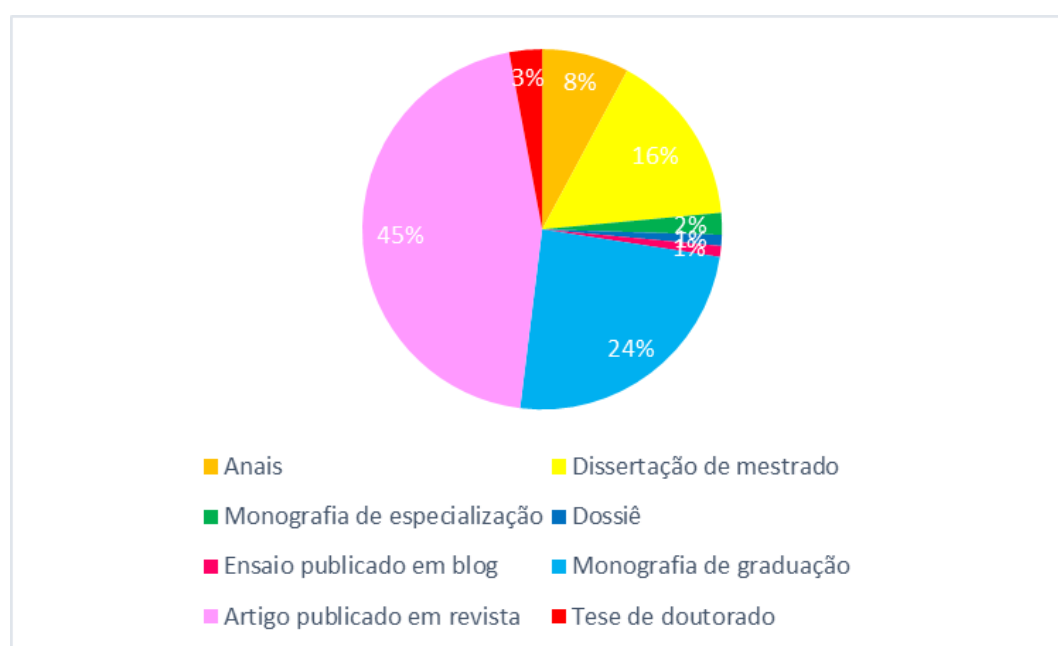
Utilizando o descritor “LGBTfobia na escola” aliado aos filtros de busca, foram obtidos 123 resultados no total, dos quais 94 foram encontrados na plataforma do Google Acadêmico, 26 obtidos no portal de buscas de periódicos da CAPES e 3 na SciELO. Desse total de 123 publicações, foram desconsiderados os artigos repetidos (15), livros (5), aqueles que estavam com o arquivo indisponível (1), totalizando assim 102 publicações. Segundo Puccini e colaboradores (2015), o Google Acadêmico é projetado como um dos mais amplos

meios de pesquisa, pois é feito um resgate de arquivos por toda web, além da simplicidade, velocidade e a abrangência da informação.

Os 102 trabalhos coletados foram analisados e organizados de acordo com o tipo de sua publicação, o ano e a temática abordada. Para melhor compreensão dos dados e análise dos resultados, essas informações foram dispostas em gráficos.

A maioria dos estudos encontrados foi publicada em revista, representando 45% do total de publicações (Fig. 1). Segundo Brofman (2018), até os dias de hoje, as revistas científicas ainda são consideradas o meio mais rápido e viável economicamente para fazer circular os resultados obtidos em seus trabalhos, além de ter como critério a ampla distribuição, difusão e ampliação do conhecimento em determinada área do saber. À vista disso, o fato de haver mais publicações em revistas, pode ser explicado por conta da urgência em informar os profissionais de educação a respeito do tema de gênero e sexualidade além de alertar acerca do impacto que a LGBTfobia no ambiente escolar tem sobre as crianças e adolescentes vítimas. Portanto, é muito importante que o tema seja disseminado cada vez mais, principalmente por meio das redes sociais, um dos principais veículos de circulação da informação dos dias atuais.

Figura 1. Percentual de trabalhos organizados de acordo com o tipo de publicação

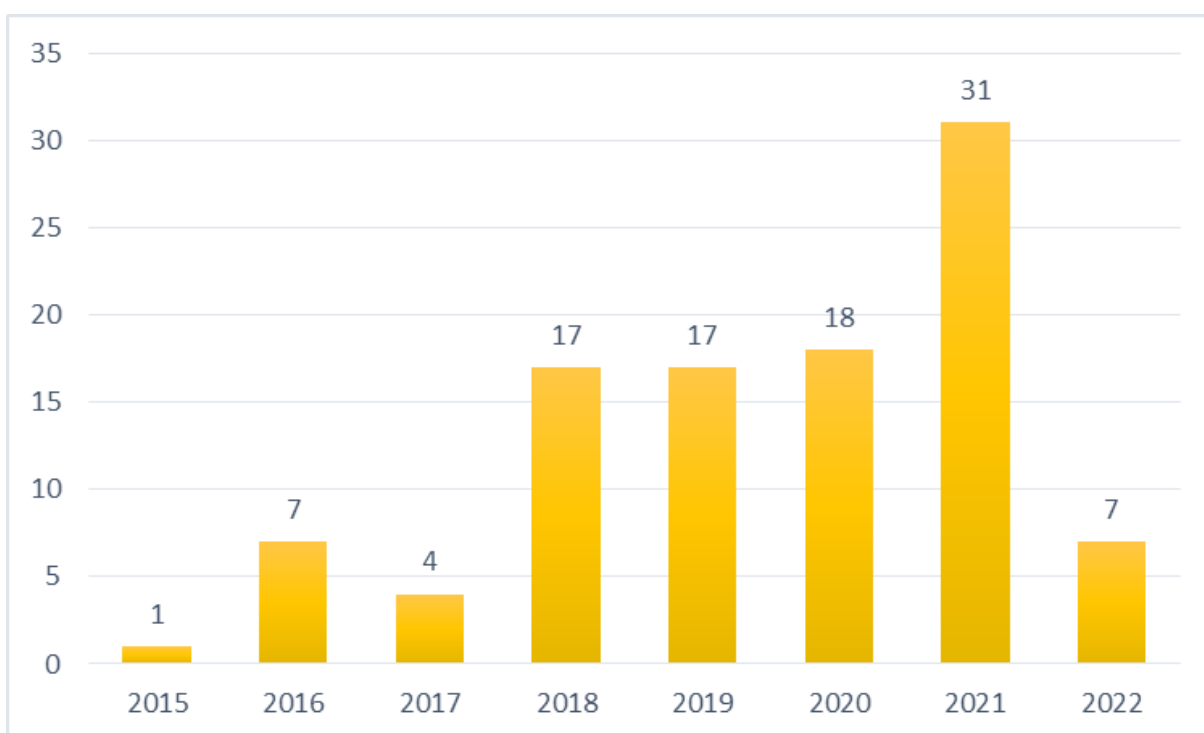


Fonte: Dados da pesquisa

Apesar de terem sido apurados artigos entre os anos de 2012 e 2022, cujo recorte temporal é de 10 anos, não foram encontrados artigos com o descritor utilizado entre o período de 2012 a 2014 (Fig. 2). Esse fato pode ser explicado por Rodrigues e Ávila (2018), que afirmam que a incorporação das outras identidades retratadas é bem recente, o movimento LGBTQIAP+ como é falado hoje, até o final do século XXI era chamado de “movimento gay” sendo um reflexo da dominação masculina da produção midiática e acadêmica sobre o movimento.

Ademais, Bortoletto (2019) demonstra que as letras “B” de bissexuais e “T” utilizado para indivíduos transexuais, travestis e transgêneros só foram adicionadas oficialmente à sigla em 2005, que continua em mudança até os dias de hoje. Esse acontecimento é um reflexo direto das demandas sociais e de como a linguística deve acompanhar as transformações da coletividade a fim de se tornar mais inclusiva e justa para todos.

Figura 2. Quantidade de trabalhos organizados de acordo com o ano de publicação



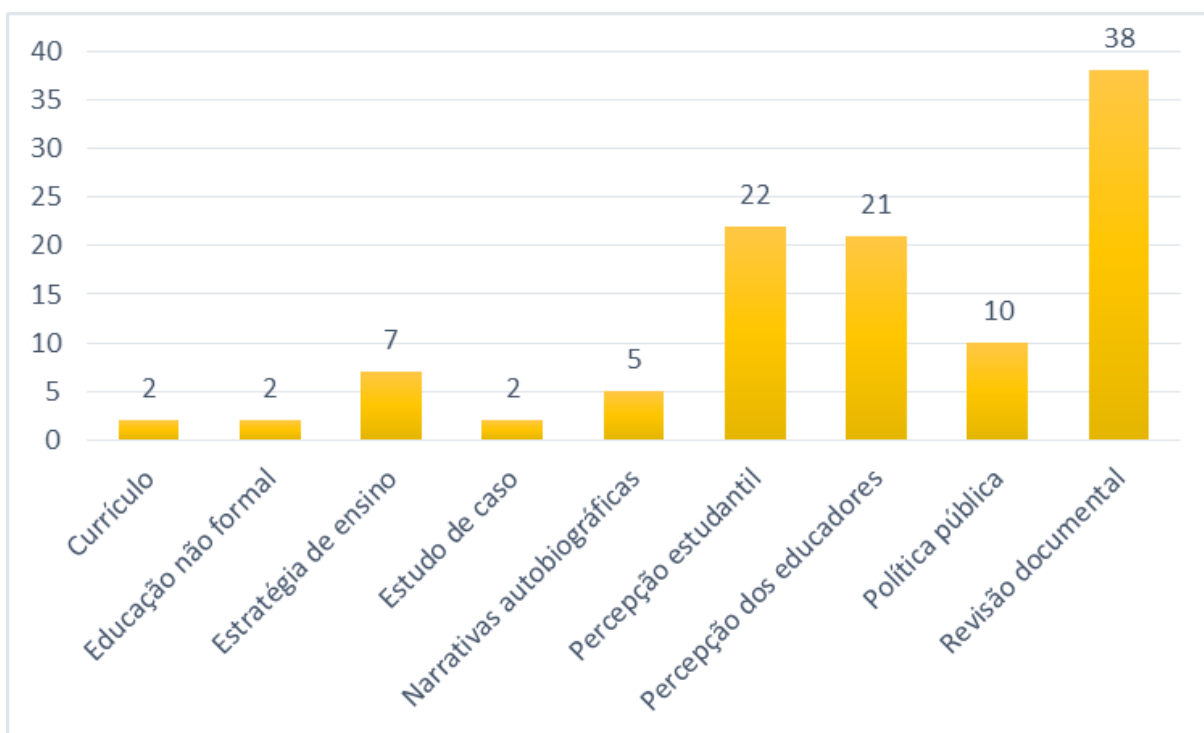
Fonte: Dados da pesquisa

Na figura 2, foi observado que ao longo desses anos houve um aumento no volume de trabalhos publicados voltados para esta temática, a LGBTfobia no ambiente escolar. Uma das hipóteses que pode explicar esse fato é a de que em 2017 houve a entrega da proposta da BNCC pelo Ministério da Educação (MEC) ao Conselho Nacional de Educação (CNE), o que levantou inúmeros debates na educação. Sendo que logo após essa data a quantidade de trabalhos encontrados mais que dobrou nos anos posteriores, onde em 2016 foram encontradas sete publicações, enquanto em 2018 foram encontradas dezessete. Podendo inferir assim que o debate a respeito do tema LGBTfobia aumentou a partir desses anos, sobretudo no que diz respeito às mudanças acometidas pela BNCC. Diferentemente, as poucas publicações encontradas para 2022 podem ser explicadas porque o levantamento bibliográfico desta pesquisa foi realizado antes de o referido ano terminar, ou seja, é possível que novas publicações sejam divulgadas. Sobretudo, a necessidade em se tratar desse assunto nos últimos anos também pode ser advinda do aumento da violência e das mortes aos quais foram citadas no início deste trabalho.

A censura desses termos, segundo Neves (2016) fere não somente a população LGBTQIAP+, mas também se torna um obstáculo para o debate de gênero que abrange violência contra as mulheres e as lutas por direitos, assim com reforça os estereótipos sobre os padrões de masculino e feminino.

Os trabalhos também foram analisados e agrupados em nove categorias de acordo com a temática abordada, sendo elas: currículo, educação não formal, estratégia de ensino, estudo de caso, narrativas autobiográficas, percepção estudantil, percepção dos educadores, políticas públicas, e revisão documental (Fig. 3), sendo que o somatório é superior a 102 porque um mesmo trabalho pode abranger mais de uma temática.

Figura 3. Quantidade de trabalhos organizados de acordo com a temática abordada



Fonte: Dados da pesquisa

Na categoria “percepção dos educadores” foram incluídos artigos que tiveram como perspectiva a visão de professores, coordenadores, diretores, psicólogos e educadores de uma forma geral aos quais fazem parte da composição de uma escola. O artigo “Gênero, sexualidade e diversidade na perspectiva de psicólogos/as escolares” (PAULA, 2016), por exemplo, foi incluído na categoria percepção dos educadores já que, segundo Martinez (2009) o psicólogo escolar também é responsável por implementar e acompanhar a proposta pedagógica, além de motivar e estimular todos os personagens envolvidos no ambiente escolar. Portanto faz parte do processo de educação escolar.

Nesse trabalho, Paula (2016) realizou uma pesquisa do tipo entrevista com seis psicólogos da rede pública do Distrito Federal (DF). O trabalho ressalta a importância destes profissionais no ambiente escolar, assim como pretende contribuir para a promoção dos direitos humanos, do respeito e da valorização da diversidade. Ademais, teceu críticas ao projeto de Lei 193/2016 denominado “Programa Escola Sem Partido”.

Nos artigos (1) “LGBTfobia na escola: uma análise da percepção de estudantes e professores de uma escola pública mineira sobre preconceito contra diversidade sexual e de gênero no ambiente escolar” (GONTIJO, 2018), (2) “LGBTfobia no ambiente escolar: desafios da prática docente” (CALIXTO, 2016) e (3) “O sangue dos LGBT’s nos uniformes escolares: a LGBTfobia institucionalizada e a sua relação com o mal-estar discente” (ABREU, 2018), foi observado que os três tiveram como metodologia realizar uma análise tanto sob a percepção de estudantes quanto de educadores.

Gontijo (2018), buscou analisar o preconceito contra a diversidade sexual e de gênero em uma escola pública de Minas Gerais (MG) pela percepção de estudantes e dos professores. Nesse trabalho o autor afirma que por parte da direção foi possível notar uma postura de negligência, conivência e discriminação ativa, no entanto a orientação pedagógica se apresentou de forma mais preparada em termos de formação para lidar com as situações de preconceitos ocorridas no ambiente escolar. Também foi observado na pesquisa que o padrão heteronormativo ainda é imperativo e age de forma a reprimir os comportamentos desviantes.

Calixto (2016), sustentado por uma revisão bibliográfica, buscou analisar como a questão da diversidade sexual é discutida na escola buscando o posicionamento de dois professores da rede pública de João Pessoa (PB) junto a três ex-alunos homossexuais. O autor observou que houve um assustador aumento da violência contra a diversidade sexual, sendo evidenciado por meio de estatísticas e através de consultas coletadas junto a professores e alunos.

Por fim, Abreu (2018) utilizou questionários com estudantes, professores e servidores de escolas e universidades de todo o país em busca de analisar as regiões com maiores índices de LGBTfobia e verificar a existência de LGBTfobia institucionalizada no espaço escolar. Ao concluir, é evidenciado no trabalho que há uma naturalização da LGBTfobia e de violações e discriminações realizadas no espaço físico escolar e também por parte de professores e da gestão educacional.

A dissertação “Consensos e dissensos sobre diversidade sexual e LGBTFOBIA na escola: quem fala, quem sofre, quem nega” (SILVA, 2019) foi incluída na categoria “revisão documental” e também na categoria “percepção dos educadores”, já que teve como metodologia a revisão bibliográfica aliada à perspectiva de gestoras escolares e educadores/as

de uma escola da rede estadual de ensino do município de Caruaru (PE). Ao finalizar a pesquisa foi possível perceber que o corpo docente está aberto ao debate e acolhimento dos alunos com identidades LGBTQUIAP+, no entanto ocorre negação do debate e enfrentamento das violências lgbtfóbicas por uma parcela dos professores e professoras evangélicos/as e/ou conservadores/as. Foi evidenciado também, assim como em outros trabalhos, que o tempo de formação pedagógica é bastante curto para focar em temas como gênero e sexualidade e que há uma necessidade de uma formação de professores mais significativa voltada para a temática abordada.

Os trabalhos que utilizaram de alguma metodologia ativa, atividade com alunos ou alguma estratégia de intervenção foram elencados na categoria “estratégia de ensino”, ao todo foram sete (Fig. 3), entre eles o artigo “O Filme “O espanta tubarões” e o debate sobre diversidade sexual e de gênero na escola” (SILVA, 2019) que utiliza de um filme de animação e suas potencialidades para fazer paralelos e problematizações com o cotidiano dos alunos. Ao final o autor concluiu que o debate sobre gênero e diversidade sexual precisa se fortalecer e que o filme é um recurso didático que favorece os debates acerca dos temas de gênero e sexualidade, além de tudo são necessárias outras ferramentas e recursos de intervenção que abordem a temática em sala de aula.

No trabalho de Sousa, Silva, Gomes e colaboradores (2019), também incluído na categoria de “estratégia de ensino”, os autores e autoras concluem que há uma necessidade de ampliar o conhecimento a respeito do tema para que os docentes percam o medo de debater sobre diversidade, sexualidade e gênero, já que a escola produz e reproduz as opressões e desigualdades é ela quem tem o dever de transformar essas práticas pedagógicas excludentes e dar espaço para inclusão desses sujeitos na sociedade.

Dois artigos foram incluídos na categoria “educação não formal” (Fig. 3), “Mc's de verdade não desejam sociedades sem diversidade: o rap lgbt nas aulas de língua inglesa” (FERREIRA; CRISTÓVÃO, (2019) e “Capoeira angola e educação popular em saúde: por uma pedagogia ancestral e amorosa” (CONCEIÇÃO; CONCEIÇÃO, 2020).

No trabalho de Ferreira e Cristóvão (2019), é abordada a questão do rap na escola, com foco no rap-LGBT, como forma de instrumento educativo, já que apontam que o movimento do hip-hop tem um alto apelo educacional e se apresenta como uma forma de

educação informal já que os indivíduos marginalizados tendem a não se identificarem com a educação formal. Ao final, enfocam na formação crítica dos estudantes além de uma educação que perpassa os muros da escola e os tornem sujeitos com participação social e política ativa e crítica.

No artigo de Conceição e Conceição (2020) também incluído na categoria de educação não formal, as autoras trazem reflexões a respeito da educação popular em saúde onde aborda a superação da educação brancocêntrica, colonizadora, bancária, elitizada e que fortalece a estrutura social do racismo, machismo e LGBTfobia. Trazem uma abordagem da educação libertadora, baseada na ancestralidade dos povos africanos e indígenas, mas com foco nos princípios da capoeira Angolana e que combata as diversas formas de opressão existentes.

A vista disso, é evidente que não é possível realizar o debate a respeito da LGBTfobia na escola sem atravessar as demais pautas de opressão existentes, como o racismo e o machismo que envenenam a nossa sociedade e estão presentes também na educação de diversas maneiras. Como é abordado no trabalho de Jara (2017), não existe hierarquia de opressões, portanto todo ataque a população negra é um ataque a população LGBTQIAP+ e vice-versa, já que a fragmentação das minorias enfraquece as lutas pelos direitos pois as transforma em um movimento menos amplo do que realmente é.

Os trabalhos elencados no tópico de percepção estudantil, buscaram a perspectiva estudantil através de questionários ou entrevistas. Dessa forma, foi possível analisar que há um sentimento de exclusão, apagamento, opressão e de diversas outras violências por parte dos estudantes que destoam do padrão cisgênero, branco e heteronormativo imposto. Como evidenciado no trabalho de Ramos (2019), que salienta a negligência e conivência por parte da escola e também ressalta que as opressões acometidas no ambiente escolar afetam de forma mais significativa e violenta as travestis e os gays afeminados, se colocando como um lugar incapaz de acolher e os ensinar. Dessa forma, os estudantes assim identificados não se sentem pertencentes desse ambiente, recebendo a todo momento um “convite” a se retirar.

As publicações elencadas em “política pública” abordam ações, decisões do governo ou propostas de intervenção para solucionar os problemas sociais causados pela LGBTfobia, racismo e demais opressões. Ao todo foram incluídos dez trabalhos (Fig. 3), entre eles o trabalho de Domingos (2021) intitulado “Ativismo institucional nas políticas públicas para

educação em gênero e sexualidade no Distrito Federal” que também inclui a perspectiva docente por meio de entrevistas com cinco professoras e um professor. A pesquisa concluiu que apesar dos movimentos contrários, anti-igualitários e dos obstáculos presentes, como a falta de orçamento para promoção de ações, desrespeito ao nome social de pessoas trans, formação de profissionais de educação, entre outros, é necessário ressaltar que a luta pela democracia, direitos humanos e pelo reconhecimento e valorização da diversidade continua viva e ainda há margem de ação para atuar de diversas maneiras em prol de transformar essas narrativas de opressão.

Dois trabalhos foram incluídos na categoria “currículo” (Fig. 3), “Apresentação do Dossiê “Gênero e sexualidade: lutas no currículo em tempos de novos mapas políticos e culturais””, no qual Oliveira (2019) apresenta um dossiê constituído por sete artigos onde realizam uma análise crítica a projetos que visam a invisibilidade dos problemas sociais existentes na sociedade. Já no estudo de Moreira (2018), intitulado “Gênero e sexualidade/ educação e geografia: reflexões sobre os documentos oficiais e o currículo como território em disputa”, o autor aborda a importância das discussões de gênero e sexualidade propostas pelos PCNs aos quais foram suprimidos nos planos decenais da educação no Brasil. Além disso, realizou uma consulta com professores sobre as suas opiniões a respeito dessas discussões e à formação de professores. No entanto, é evidenciado no trabalho que os PCNs se mostraram limitados, uma vez que não apresentaram clareza em como as discussões devem ser feitas, não incentiva o investimento a cursos de preparação de professores, tampouco alcançou seus objetivos, uma vez que ainda há muito preconceito no ambiente escolar

Dois trabalhos foram identificados como “estudo de caso” (Fig. 3). No trabalho de Costa, Coêlho e Guerra (2022), “Educação e diversidade: a caçada antigênero e o caso da Escola Eccoprime” as autoras realizam uma análise do caso ocorrido na rede de educação privada Eccoprime, na região metropolitana de Recife (PE), onde realizaram uma série de postagens em redes sociais se posicionando contrária ao mês do orgulho LGBTQIAP+. Portanto, como uma instituição educacional, a escola além de incentivar a reprodução do preconceito, nega, persegue e exclui as diversidades. Já no estudo de Silva (2022), “O incômodo das “letrinhas”: fluxos e contrafluxos do debate sobre gênero e sexualidade no ensino remoto emergencial” o autor analisa o caso de um estudante de escola pública do interior de São Paulo (SP) que foi hostilizado em um grupo de *whatsapp* após sugerir realizar

um trabalho com a temática LGBTQIAP+, notando-se assim uma intensificação do preconceito e práticas discriminatórias, além das resistências por parte das famílias e do contexto escolar em geral para abordar o tema da diversidade sexual e de gênero.

Foram encontrados 38 trabalhos com a temática de “revisão documental”, que envolve revisões bibliográficas e análises de documentos. Além disso, cinco trabalhos foram incluídos na temática de “narrativas autobiográficas”, com reflexões sobre situações pessoais vividas no ambiente escolar (Fig. 3). Um dos pontos novamente evidenciados é o de que entre a população LGBTQIAP+, os gays afeminados e as pessoas trans e travestis sofrem violências de forma mais perversa, muitas vezes até mesmo no ambiente familiar. Para Domingos (2021) esse público é marginalizado a tal ponto que muitas vezes ocorre desligamento de vínculo da família por meio de expulsões e até mesmo agressões que impactam diretamente as suas trajetórias de vida. O autor ainda ressalta que os profissionais de educação têm imensa importância no sistema de garantia de direitos desses indivíduos, uma vez que devem estar atentos a esses conflitos familiares, buscando orientar os responsáveis sobre os direitos da criança e do adolescente.

Dessa forma, analisando os dados, o que se pode inferir é que as violências sofridas por essa população durante o processo de formação de suas identidades geram traumas, dificuldade aceitação, disforia e até transtornos psicológicos graves que levam ao suicídio, além dos casos de agressões e assassinatos já citados. Baére e Conceição (2018), corroborando com as afirmações, afirmam que os preconceitos, discriminações, hostilização e a repulsa ao próprio corpo têm como consequência o autoextermínio. Sendo assim, é emergente que haja uma reforma na educação de forma a combater as diversas formas de opressão e violências vivenciadas na escola e pela escola, assim como investimento na formação de profissionais de educação acerca do debate de gênero, diversidade e sexualidade, a fim de promover uma maior inclusão desse público na sociedade e buscar diminuir estas violências.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos primeiros pontos a qual devemos destacar após analisar os resultados é o fato de o número de publicações relacionadas ao tema LGBTfobia na escola ter aumentado

bastante nos últimos anos. Apesar de ainda ser pouco, pela complexidade e pela urgência em se tratar do tema e em meio a tantos retrocessos na educação, é satisfatório perceber que o assunto vem sendo abordado cada vez mais.

É necessário salientar ainda que o fato de a maioria dos artigos encontrados estarem na forma de artigo e categorizado como revisão documental pode estar ligado à necessidade de transmitir esses conhecimentos da forma mais compreensível e para o maior número de pessoas possível, principalmente aos profissionais da educação, carentes de capacitação a respeito dos temas de gênero e sexualidade. Para Figueiredo (1990), a revisão documental exerce um papel deveras importante na transmissão de conhecimentos entre cientistas, além de ser um facilitador do repasse de informações àqueles que não são especialistas. Observa-se assim uma urgência em abordar a temática gênero e sexualidade no ambiente escolar.

Ademais, além dos casos de assassinatos e violências crescente, há, além de tudo um retrocesso na educação com a implementação da BNCC que pode ajudar a silenciar o debate e estimular ainda mais as diversas formas de violências, tanto físicas quanto psicológicas, negligências, preconceitos, tabus e outras formas de opressões.

Assim sendo, é necessário que se faça um investimento na educação e na capacitação de professores e gestores escolares a fim de torná-los mais conscientes de seus deveres como educadores e do seu impacto na vida dos estudantes LGBTQIAP+, sendo uma forma de deixar o ambiente escolar mais inclusivo e acolhedor. Além do mais, é necessário que se abram espaços para o debate sobre gênero e diversidade nas escolas e também que esses temas sejam incluídos como temas transversais nas disciplinas a fim de fazer com que o ensino se torne mais crítico e reflexivo, pois a educação além de ser libertadora, ela deve ser também transformadora.

4. REFERÊNCIAS

ABREU, T. F. **O sangue dos LGBT's nos uniformes escolares: a LGBTfobia institucionalizada e a sua relação com o mal-estar discente**. 2018. Trabalho de Conclusão

de Curso (Licenciatura em Ciências Biológicas) - Campus Pelotas - Visconde da Graça do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-riograndense. Pelotas.

AGÊNCIA SENADO. **Pesquisa revela que adolescentes LGBT sofrem 'bullying' e se sentem inseguros.** 2016. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/11/22/pesquisa-revela-que-adolescentes-lgbt-sofrem-bullying-e-se-sentem-inseguros>> Acesso em: 14 set. 2022.

AGUIAR, M. A. S.; DOURADO, L. F. **A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas.** Recife: Anpae, p. 01-61, 2018.

BAÉRE, F; CONCEIÇÃO, M. I. G. Análise Da Produção Discursiva De Notícias Sobre O Suicídio De Lgbts Em Um Jornal Impresso Do Distrito Federal. **Revista Ártemis**, v. 25, n. 1, p. 74, 2018.

BENEVIDES, B. G. NOGUEIRA, S. 2020. **Boletim N° 02/2020 Assassinatos Contra Travestis E Transexuais Em 2020.** Rio de Janeiro, RJ; 04 de maio de 2020. Disponível em: <<https://antrabrazil.files.wordpress.com/2020/05/boletim-2-2020-assassinatos-antra-1.pdf>> Acesso em: 05 out. 2022.

BENEVIDES, B. G. **Dossiê assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021.** Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil, ANTRA. 2022. Disponível em: <http://file.plenu.org.br/Editor/2021/dossie_trans_2021__29jan2021.pdf>. Acesso em: 05 out. 2022.

BORGES, Z. N. MEYER, D. E. Limites e possibilidades de uma ação educativa na redução da vulnerabilidade à violência e à homofobia. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação**, v. 16, p. 59-76, 2008.

BORTOLETTO, G. E. LGBTQIA+: identidade e alteridade na comunidade. 2019. 32f. **Trabalho de Conclusão de Curso-Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo**, 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** 2017

BRASIL, **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: História.** Brasília: MECSEF, 1998. BRASIL, **Parâmetros Curriculares Nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais.** Brasília, 1997.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. 9394/1996.

BROFMAN, P. R. A importância das publicações científicas. **Revista Telfrac**, v. 1, n. 1, 2018.

CALIXTO, T. G; FRANÇA, M. H. O. LGBTfobia no ambiente escolar: desafios da prática docente. In: **Anais do III Congresso Nacional de Educação**. 2016. p. 05-07.

CARNEIRO, A. J. S. A morte da clínica: movimento homossexual e luta pela despatologização da homossexualidade no Brasil (1978-1990). **Anais do Simpósio Nacional de História, Florianópolis, SC, Brasil**, v. 28, 2015. p. 01-15

COSTA, R. A. R. A; COELHO, M. A. M.; GUERRA, M. G. G. V. Educação e diversidade: a caçada antigênero eo caso da Escola Eccoprime. **Linhas Críticas**, v. 28, p. e40568, 2022.

CONCEIÇÃO, C. R.; CONCEIÇÃO, K. R. . Capoeira Angola e educação popular em saúde : por uma pedagogia ancestral e amorosa. *Revista de Educação Popular*, Uberlândia, MG, p. 104–122, 2020. DOI: 10.14393/REP-2020-53295. Disponível em: <<https://seer.ufu.br/index.php/reeducpop/article/view/53295>>. Acesso em: 22 dez. 2022.

COSTA, Z. L. S. **Educação e orientação sexual na educação básica: gênero e sexualidade na produção acadêmico-científica brasileira no período de 2006 a 2015**. 2017. Tese de doutorado (Programa de Pós-Graduação em Educação) Centro Universitário La Salle – UNILASALLE, Canoas.

CRESWELL, J. W.; CRESWELL, J. D. **Projeto de pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre: Penso Editora, 2021.

DESIDÉRIO, R. A exclusão da temática sexualidade nos anos iniciais do ensino fundamental na bncc e seus reflexos para o ensino de ciências. **Horizontes-Revista de Educação**, v. 8, n. 15, p. 98-112, 2020.

DOMINGOS, C. O. **Ativismo institucional nas políticas públicas para educação em gênero e sexualidade no Distrito Federal**. 2021. Dissertação de mestrado (Programa de Pós-Graduação em Educação, Modalidade Profissional), Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília.

FAZZANO, L. H.; TOLEDO, B. F.; GALLO, A. E. Uma interpretação comportamental sobre a LGBTfobia reproduzida no contexto psicoterapêutico. **Perspectivas em Análise do Comportamento**, v. 13, n. 1, p. 183-196, 2022.

FERREIRA, B. MACHADO, L. A. PEDREIRA, A. J. L. A. O tema sexualidade humana nos livros didáticos de Biologia mais distribuídos pelo Programa Nacional do Livro Didático 2015. **Educação em Perspectiva**, v. 11, p. e020036-e020036, 2020.

FERREIRA, F. T; CRISTÓVÃO, V. L. L. “MC's de verdade não desejam sociedades sem diversidade”: o rap LGBT nas aulas de língua inglesa. **Entretextos**, v. 19, n. 1, p. 109-142, 2019.

FIGUEIREDO, N. Da Importância Dos Artigos De Revisão Da Literatura. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 23, n. 1, p. 131-135, 1990.

FURLANETTO, M. F. LAUERMANN, F. COSTA, C. B. et al. Educação sexual em escolas brasileiras: revisão sistemática da literatura. **Cadernos de pesquisa**, v. 48, p. 550-571, 2018.

GONTIJO, E. M. O. **LGBTfobia na escola: uma análise da percepção de estudantes e professores de uma escola pública mineira sobre preconceito contra diversidade sexual e de gênero no ambiente escolar**. 2018. Monografia de conclusão de Curso. (Curso Superior de Administração Pública) Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa nacional de saúde: 2019: orientação sexual autoidentificada da população adulta / IBGE, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios**. - Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

IRINEU, B. A. Homonacionalismo E Cidadania Lgbt Em Tempos De Neoliberalismo: Dilemas E Impasses Às Lutas Por Direitos Sexuais No Brasil. **Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea**, v. 12, n. 34, 2014.

JARA, M. S. **Exclusão social de lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros negros (as)**. 2017.

MARTINEZ, A. M. Psicologia Escolar e Educacional: compromissos com a educação brasileira. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 13, p. 169-177, 2009.

MATTA, T. F; TAQUETTE, S. R; SOUZA, L. M. B. M. et al. Diversidade sexual na escola: estudo qualitativo com estudantes do Ensino Médio do Município do Rio de Janeiro, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 37, n.11, 2021.

MISKOLCI, R. **Sexualidade e orientação sexual**. In MISKOLCI, Richard (org.). Marcas da diferença no ensino escolar. São Carlos: EduFSCar, 2010, p. 75-114.

MOREIRA, I. M. **Gênero e Sexualidade/Educação e Geografia: reflexões sobre os documentos oficiais e o currículo como território em disputa**. 2018. Monografia de Conclusão de Curso (Departamento de Geografia), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

NEVES, A. A. **Escola Sem Partido e a “ideologia de gênero”: neutralidade de ideias ou censura de discussões de gênero e diversidade sexual nos espaços educativos?**. 2016. Monografia de conclusão de curso (curso de Pedagogia), Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília.

NUNES, L. V. Por uma educação que reconheça a diferença LGBT. **Revista Psicologia Política**, v. 15, n. 32, p. 203-210, 2015.

OLIVEIRA, E. T. VEDANA, K. G. G. Suicídio e depressão na população LGBT: postagens publicadas em blogs pessoais. SMAD, **Revista Eletrônica Saúde Mental Álcool e Drogas (Edição em Português)**, v. 16, n. 4, p. 32-38, 2020.

OLIVEIRA, A. L. M. **Apresentação do Dossiê “Gênero e sexualidade: lutas no currículo em tempos de novos mapas políticos e culturais”**. 2019.

PAULA, L. D. **Gênero, sexualidade e diversidade na perspectiva de psicólogos/as escolares**. 2016. Monografia de Conclusão de Curso (Curso de Psicologia) Faculdade de Ciências da Educação e Saúde – FACES, Centro Universitário de Brasília – UniCEUB, Brasília.

PUCCINI, L. R. S; GIFFONI, M. G. P; SILVA, L. F. et al. Comparativo entre as bases de dados PubMed, SciELO e Google Acadêmico com o foco na temática Educação Médica. **Cadernos UniFOA**, v. 10, n. 28, p. 75-82, 2015.

RAMOS, R. F. **Marcas da LGBTfobia na escola: análise de histórias orais de alunos/as GBTT em uma escola da periferia de Fortaleza**. 2019. Dissertação de Doutorado (Curso de Mestrado Interdisciplinar em Humanidades) Instituto de Humanidades, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção.

RODRIGUES, V. C. S; ÁVILA, F. De homossexual a queer: o movimento lgbt e a construção de identidades “globais”. **Conquer–Conferências internacional de Estudos Queer**. 2018. Sergipe: EDITORA REALIZE, 2018, 01-09.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista brasileira de história & ciências sociais**, v. 1, n. 1, p. 1-15, 2009.

SILVA, F. A. F. **Consensos e dissensos sobre a diversidade sexual e LGBTFOBIA na escola: quem fala, quem sofre, quem nega**. 2019. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco.

SILVA, F. V. O Incômodo Das “Letrinhas”: Fluxos E Contrafluxos Do Debate Sobre Gênero E Sexualidade No Ensino Remoto Emergencial. **Revista Docência e Cibercultura**, v. 6, n. 2, p. 117-133, 2022.

SILVA, I. P; MAGALHÃES, M. S; SILVA, S. A. O filme “O espanta tubarões” e o debate sobre diversidade sexual e de gênero na escola. **Revista EDaPECI**, v. 19, n. 1, p. 86-94, 2019.

SILVA, J. M. **A cidade dos corpos transgressores da heteronormatividade**. *Geo Uerj*, v. 1, n. 18, p. 3-19, 2008. Rio de Janeiro: GEO UERJ, 2008. P. 01-17.

SOUSA, R. R; SILVA, S. F; GOMES, M. L. et al. Entre Medos E Silêncios: As Dificuldades E Conquistas Do Grupo Pet Interdisciplinar No Enfrentamento Da Lgbtfobia Nas Escolas De Belém-Pa. **Multidebates**, v. 3, n. 2, p. 264-278, 2019.

SOUZA, A. M. de L. MACEDO, M. del C. S. R. Avaliação da aprendizagem e inclusão escolar: a singularidade a serviço da coletividade. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 16, p. 283-290, 2012.

Documento Digitalizado Público

TCC do Luis Augusto Santos Oliveira de Sousa

Assunto: TCC do Luis Augusto Santos Oliveira de Sousa
Assinado por: Sílvia Fernandes
Tipo do Documento: Trabalho de Conclusão de Curso - TCC
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Público
Tipo do Conferência: Cópia Simples

Documento assinado eletronicamente por:

■ **Sílvia Dias da Costa Fernandes, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO**, em 24/01/2023 19:08:54.

Este documento foi armazenado no SUAP em 24/01/2023. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifb.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 424608

Código de Autenticação: 8a76e46208

